

# Os Projetos Político-Pedagógicos de três escolas públicas e os estudantes migrantes não falantes de português: um espaço a ser preenchido

## RESUMO

**Marta Banducci Rahe**

[marta.rahe@ufms.br](mailto:marta.rahe@ufms.br)

<https://orcid.org/0009-0004-6513-5835>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

**Adriano da Silva Fonseca**

[adriano.fonseca@ufms.br](mailto:adriano.fonseca@ufms.br)

<https://orcid.org/0009-0008-2461-5487>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Este artigo traz a análise de documentos oficiais produzidos para as escolas, mais destacadamente, a Resolução n.001/2020, do Conselho Nacional de Educação e a Resolução/SED- MS, n.4.311 de 28/05/2024, que dispõem sobre as matrículas de crianças e adolescentes migrantes internacionais nas escolas públicas brasileiras, bem como dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de três escolas estaduais em Campo Grande - MS, com o objetivo de examinar como esses textos abordam a acolhida a esses estudantes migrantes não falantes de português. No caminho investigativo foram feitas as análises de conteúdo dos textos produzidos pelas instituições escolares, buscando neles os termos “migrantes internacionais”, “imigrantes”, “estudantes não falantes de português”. Com base em Oliveira e Souza (2022), Liberali (2019) e García (2009), a discussão destaca barreiras linguísticas e culturais, a noção de currículo desencapsulado e o papel do Estado na educação multilíngue. Os resultados indicaram que os documentos oficiais produzidos para as escolas propõem ações em relação aos jovens estudantes migrantes internacionais, tais como o acolhimento linguístico, a capacitação de professores e prevenção de xenofobia. No entanto, os documentos produzidos pela escola ainda não mencionam esses aspectos. Os conceitos de “acolhimento”, “diversidade” e “inclusão” presentes nos PPP referem-se principalmente às comunidades indígenas e pessoas com deficiência, sem citar pessoas migrantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projetos Político-Pedagógicos. Estudantes migrantes internacionais. Acolhimento.

## INTRODUÇÃO

O Brasil tem se consolidado como um destino para fluxos migratórios internacionais, refletindo o cenário global de mobilidade humana. Essa nova realidade demográfica impõe desafios significativos e urgentes, não somente no sentido de sensibilização sobre a necessidade de inclusão do público adulto no mercado de trabalho, mas também sobre a garantia do direito à educação dos jovens migrantes que aqui chegam. Um cenário evidenciado pela presença crescente de crianças e adolescentes migrantes no sistema educacional nacional.

Baeninger (2018), em uma discussão sobre o Pacto Global para a migração, aprovado pelas Nações Unidas, destaca que as migrações internacionais no século XXI apresentam-se em diferentes modalidades, entre elas: a de refúgio, a não-qualificada, a qualificada, a mobilidade estudantil e a de fronteira. Esses deslocamentos acabam por gerar diferentes necessidades de acolhimento a essas pessoas, garantindo-lhes direitos e condições de permanência e convivência no país em que chegam. Para a autora,

A garantia dos direitos humanos e o direito a migrar devem acompanhar a trajetória desses sujeitos migrantes, nos diferentes espaços que percorrem para sua reprodução social. O Estado necessita reconhecer a presença do migrante com o acesso dessa população ao conjunto de serviços públicos que substanciam seus direitos, garantindo assim a tríade segura/ordenada/regulada (Baeninger, 2018, p. 19).

Além disso, dentro desse fluxo migratório internacional, vem se verificando um aumento no número de mulheres e crianças migrantes que acabam por criar demandas específicas como políticas de saúde e de educação voltadas a esse público. Segundo dados da Agência da ONU para refugiados - ACNUR[1], no Brasil, em 2023, das 77.193 pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), 51,7% eram homens, 47,6% mulheres e 44,3% crianças, adolescentes e jovens com até 18 anos de idade. Mesmo que nossa intenção neste trabalho não seja separar essas pessoas em suas diferentes modalidades de migração, esses dados reforçam o que pretendemos discutir neste artigo, o acolhimento aos jovens adolescentes migrantes internacionais nas escolas públicas.

Um outro aspecto a ser considerado é o movimento dessa população que, em função das restrições impostas à entrada de migrantes do Sul Global no Norte Global, amplia os espaços de migração Sul-Sul, levantando, dessa forma, reflexões sobre o papel desses últimos ao receberem migrantes e refugiados de países vizinhos, muitas vezes fronteiriços (Jarochinski-Silva; Beaninger, 2021). As fronteiras brasileiras, por exemplo, com esses deslocamentos, deixam de ser apenas áreas de trânsito e passam a ser lugares de recepção e de rota nas migrações internacionais, demandando políticas públicas de atendimento.

Sendo assim, enquanto há um Sul Global que expulsa em função da pobreza, de desastres ambientais, de conflitos, de perseguições políticas e identitárias, há outro Sul Global que é levado a receber esses migrantes em número crescente. Fazemos aqui uma analogia com a análise de Certeau (2002) sobre os abismos que separavam a Europa letrada, capaz de construir a História, das Áfricas e Américas ainda iletradas. O autor considerou aqueles de “*ici*” e estes de “*la bás*”, onde havia fronteiras não só geográficas, mas culturais e sociais que os distanciavam. Pensamos, então, que estamos hoje vivendo os encontros do “*la bás*” com o “*la bás*”, o encontro Sul-Sul, lugares em que muitas vezes os destinos de chegada também enfrentam problemas socioeconômicos que podem prolongar a condição de vulnerabilidade dos recém-chegados.

Ager e Strang (2008) propuseram o conceito de integração para se pensar a fixação de migrantes e refugiados no Reino Unido. Embora apontassem críticas ao termo em si, pois ele permite muitas interpretações e sentidos, optaram por usá-lo por entenderem ser este um conceito relevante para a construção de políticas públicas e resultados de projetos que envolvam essa população. Em termos de sentidos, preferimos utilizar acolhimento ou sensibilização quando discutimos essa questão.

Os autores pautaram o processo de integração dos migrantes em quatro domínios. Os marcadores e meios, aqueles domínios necessários para que essas pessoas tenham condições básicas de sobrevivência no país de chegada, tais como moradia, saúde, educação e trabalho. O segundo domínio é o da conexão social, onde os migrantes construirão pontes e estabelecerão vínculos sociais. O terceiro refere-se aos facilitadores, como a língua e o conhecimento cultural, assim como segurança e estabilidade. O quarto está relacionado às fundações, que dizem respeito aos direitos e à cidadania. Neste trabalho, daremos destaque aos facilitadores, mais destacadamente em relação à língua, propostos por Ager e Strang (2008).

Dados do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPO - da Universidade de Campinas apontam que entre os anos 2000 e 2020, dos 25.739 migrantes internacionais que chegaram em Mato Grosso do Sul e obtiveram o Registro Nacional de Migração, Campo Grande recebeu 6.506, entre eles, paraguaios, venezuelanos, bolivianos e haitianos. Muitos dos venezuelanos que aqui chegaram vieram por meio da Operação de Acolhida, projeto que permitiu a mobilidade dessas pessoas para o interior do Brasil (Bianco et al., 2023).

Além das dificuldades burocráticas e documentais encontradas, há outros aspectos apontados por pesquisadores que limitam a inserção desses migrantes na sociedade. O acesso ao emprego, moradia e saúde, assim como os linguísticos, são alguns deles. Nesse sentido e com o objetivo de promover políticas públicas e ações de acolhimento aos migrantes estrangeiros, o estado de Mato Grosso do Sul instituiu, em 2016, pelo Decreto n.14.559, de 12/09/2016, o Centro de Atendimento em Direitos Humanos - CADH.

O CADH tem desenvolvido ações que facilitam o acesso dessas pessoas às informações por meio de produção e distribuição de folhetos multilíngues, bem como a oferta de vagas à educação técnica e superior e cursos de português como língua de acolhimento, oferecidos por um Programa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (Bianco et al., 2023). Muitas dessas ações estão voltadas ao público adulto e à sua inclusão no mercado de trabalho.

Dessa forma, procuramos, nesta pesquisa, investigar sobre os jovens que chegam como migrantes internacionais, não falantes de português e que passam a frequentar as escolas públicas de educação básica, um tema ainda escasso nas discussões acadêmicas. Para tal, nesta investigação, levantamos duas questões:

- As escolas públicas estaduais de Campo Grande-MS estão preparadas e sensibilizadas para o acolhimento das crianças e jovens migrantes internacionais que chegam até elas?
- Este público está presente nos documentos produzidos por elas?

Reafirmando a importância dos estudos sobre os jovens que chegam como migrantes internacionais em Campo Grande -MS, propusemos nesta pesquisa uma análise documental das publicações oficiais que dispõem sobre a inclusão desses estudantes nas nossas instituições, com destaque aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de três escolas públicas estaduais dessa cidade, cujo objetivo é identificar nestes documentos referências ao acolhimento aos estudantes migrantes internacionais, bem como aspectos ligados às políticas linguísticas e à educação bilíngue de acolhimento, lembrando, como aponta Cabral (2024), que a efetivação do direito à educação para crianças e adolescentes migrantes e em situação de refúgio no Brasil ainda enfrenta obstáculos significativos

Segundo a autora, a barreira linguística emerge como um dos desafios mais proeminentes, comprometendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também a interação social e o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao ambiente escolar. A complexidade desse cenário demanda uma análise das respostas institucionais e pedagógicas existentes, especialmente em contextos de recepção a esses estudantes (Cabral, 2024).

Conforme apontam Oliveira e Souza (2022), para que as práticas educativas considerem e acolham os estudantes migrantes nas escolas de educação básica, é preciso “a exclusão de zonas de silêncio que envolvem a presença e a aprendizagem desses estudantes” (Oliveira; Souza, 2022, p.315), lembrando que os estudos voltados à educação bilíngue/plurilíngue investigam, em sua maioria, a educação de surdos, de povos originários e, atualmente, as escolas bilíngues de “elite”.

Segundo o texto da UNESCO (2003), a realidade de um mundo multilíngue traz um grande desafio para os sistemas educacionais, uma vez que as soluções

agora devem ser pensadas para sociedades plurais e para permitir a manutenção da diversidade linguística e cultural. García sugere que as políticas educacionais precisam considerar as práticas heteroglóssicas que veem “as múltiplas línguas dos bilíngues como múltiplas e coexistentes” (García, 2009, p. 246), reforçando o cenário global de mobilidade e das comunicações promovidas pelas tecnologias contemporâneas.

Destacamos que a chegada de jovens e crianças migrantes internacionais em nossas escolas públicas, especialmente, no século XXI, é um tema que merece mais investigações nas áreas de Linguística Aplicada e na Educação, não só pelo aspecto quantitativo, mas também pela diversidade linguística que começa a ser evidenciada nas salas de aula das instituições de Educação Básica. Por isso, é necessário que estudos pontuem como a educação bilíngue/plurilíngue para esses estudantes vem sendo pensada pelos órgãos públicos e implementada nas escolas.

#### QUANDO OS MIGRANTES INTERNACIONAIS CHEGAM ÀS NOSSAS ESCOLAS

O acolhimento linguístico busca gerenciar a diversidade cultural e linguística, promovendo a escola como um espaço plurilíngue e intercultural. Isso envolve não somente o ensino da língua do país de acolhida, mas a valorização da língua e da cultura trazidas pelos alunos migrantes de forma que haja uma inclusão efetiva (Correa; Rodrigues, 2023).

Oliveira e Souza (2022) argumentam que o aprendizado do português como língua de acolhimento (PLAC) configura-se como fator de inclusão e também como a base para a integração social dos migrantes, para o desenvolvimento de suas cidadanias e para a reconfiguração de suas identidades. Especialmente no caso dos jovens estudantes, reconhecemos que o acolhimento vai além da matrícula desses alunos em nossas escolas, abrangendo, portanto, a superação de barreiras linguísticas, culturais, bem como a sensibilização daqueles que os recebem, um processo que demanda esforço da sociedade e do Estado. Para as autoras, a inclusão desses jovens nas escolas brasileiras tornou-se uma necessidade urgente, tal qual o enfrentamento desse desafio com todas as suas exigências. Dessa forma, nesse contexto de migrações de populações multilíngues e multiculturais, a educação e a escola precisam repensar seus papéis, uma vez que as políticas linguísticas têm sua efetivação muito vinculada às práticas escolares. Segundo Garcez e Schulz (2016), a escola “difícilmente escapa” (p.12) das decisões tomadas sobre as línguas, seus usos e usuários. E nesse caso, acrescentamos também as escolhas sobre as línguas adicionais, cujas decisões ainda se mantêm muito vinculadas às línguas nomeadas e de prestígio, privilegiando entre elas a língua inglesa.

Isso nos leva a pensar o papel dos documentos produzidos na escola, como os Projetos Político-Pedagógicos, por exemplo, que, juntamente com aqueles produzidos para a escola, em um contexto mais amplo, procuram

proporcionar o desenvolvimento de políticas que considerem os domínios de integração (Ager; Strang, 2008) e promovam a sensibilização sobre os migrantes e suas demandas.

Em relação aos domínios por nós enfatizados, educação, língua e conhecimento cultural, encontramos em Liberali (2019) a proposta de um currículo aberto e multilíngue centrado na capacidade dos aprendizes de produzir sentido, reconhecendo seus interesses e motivações para o desenvolvimento de novos modos de interagir em espaços cada vez mais diversos, multilíngues e multiculturais.

A autora traz a ideia de se “desencapsular” o currículo (Liberali, 2019, p.34) e enfatiza os recursos utilizados na Educação Bilíngue nesse processo, ao considerar o multilinguismo e a diversidade cultural nos modos de se produzir e de se compreender significados.

Considerando as condições e as transformações da vida, desencapsular o currículo envolveria, portanto, abrir espaço para processos de descoberta, aplicação e crítica, trabalhar com a diversidade de saberes presentes na realidade e compreender que os aprendizes trazem para a experiência escolar possibilidades múltiplas de expansão de quem são e de como agem no mundo (Liberali, 2019, p. 34).

Para García (2009), o século XXI deixa evidente que a noção de nações monolíngues buscadas pelos Estados-Nação não se sustenta mais. A globalização e a mobilidade das populações demonstram que as línguas não pertencem mais a territórios ou Estados, mas sim às pessoas que as usam e que podem estar em espaços geográficos diferentes. Isso, segundo a autora, “cria desafios às políticas de Estado que organizam os sistemas educacionais e que, cada vez mais, precisam educar crianças que não falam a língua da escola em suas casas.”[2] (García, 2009, p. 26). Desafios esses que se mostram a cada dia mais presentes nas escolas públicas sul-matogrossenses.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases<sup>[3]</sup> - LDB (Lei nº 9.394/1996) regulamenta a educação desde a infantil até o ensino superior, tanto na rede pública quanto na privada e garante direitos aos estudantes. Sobre os princípios e fins da educação nacional, propõe, em seu Art. 3, a consideração com a diversidade étnico-racial, respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Em relação ao Ensino Fundamental, no Art. 32, § 3º, o documento determina que essa etapa do ensino seja ministrada em língua portuguesa, assegurando às populações indígenas o direito de utilizarem suas línguas maternas e seus processos de ensino e aprendizagem. Quanto à língua adicional, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Médio, a escolhida é o inglês.

No entanto, para um país que passou a receber um número cada vez maior de migrantes internacionais, parte deles crianças e jovens em idade escolar, essa regulamentação não atende à diversidade linguística presente nas escolas públicas brasileiras. Embora pensada para um sistema educacional que considera seus estudantes em suas diferenças de raça, etnias, crenças, religiosidades, elementos relevantes na construção da cidadania e justiça social, a diversidade linguística no documento aparece relacionada às línguas indígenas e à LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, mas não ao multilinguismo trazido por esses estudantes que hoje estão presentes nos espaços escolares.

Essa realidade refletiu-se então na construção da Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020<sup>[4]</sup>, do Conselho Nacional de Educação - CNE. Levando em conta a legislação brasileira em relação ao direito à educação para os migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio, bem como assegurando o respeito à diversidade e proteção de crianças e adolescentes, o documento resolve que esses estudantes podem ser matriculados nas escolas públicas brasileiras, mesmo que não tenham os documentos comprobatórios de suas escolaridades anteriores e que esse processo ocorra sem mecanismos discriminatórios.

No que diz respeito à língua, os parágrafos 5º e 6º da Resolução estabelecem que os estudantes passem por um processo avaliativo/classificatório para que sejam matriculados nos níveis adequados e que tal avaliação seja feita na língua materna desses jovens. O mesmo documento, em seus Art. 5º e 6º, trata do acolhimento a essas crianças e jovens, destacando o respeito às suas línguas e culturas.

Um outro aspecto importante dessa Resolução é a proposta de procedimentos no sentido de acolhimento pelas instituições escolares. Para além das questões de sensibilização da comunidade escolar contra xenofobia, *bullying* e discriminação, destaca-se no documento, a oferta de português como língua de acolhimento - PLAC:

Art. 6º. As escolas devem organizar procedimentos para o acolhimento dos estudantes migrantes, com base nas seguintes diretrizes: I - não discriminação; II - prevenção ao bullying, racismo e xenofobia; III - não segregação entre alunos brasileiros e não-brasileiros, mediante a formação de classes comuns; IV - capacitação de professores e funcionários sobre práticas de inclusão de alunos não-brasileiros; V - prática de atividades que valorizem a cultura dos alunos não-brasileiros; e VI - a oferta de ensino de português como língua de acolhimento, visando a inserção social àqueles que detiveram pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa (Brasil, 2020, p. 61).

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, as escolas públicas estaduais de Campo Grande, no ano de 2024, efetuaram 713 matrículas<sup>[5]</sup> de estudantes migrantes internacionais, em sua rede escolar, entre migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio. Os documentos

nacional - Resolução CNE/CEB- nº 1, de 13 de novembro de 2020 e estadual-Resolução/SED nº 4.311/2024 asseguram a chegada desses jovens e crianças nas instituições de ensino, entretanto, as propostas de acolhimento linguístico trazidas por eles ainda são pensadas com uma visão monoglóssica, onde a língua portuguesa mantém-se como a utilizada nas salas de aula, distante das situações de espaços multilíngues. Uma discussão que merece estudos mais aprofundados.

Compreendemos que os países estão cada vez mais multilíngues, entretanto, segundo García e Wei (2018), as escolas ainda se mantêm nas práticas monolíngues de ensino e têm como línguas “padrão” as de prestígio, associadas ao sucesso acadêmico e econômico. De Mejía (2006), destaca a necessidade das pessoas serem bilíngues ou multilíngues no mundo contemporâneo e isso se reflete em uma demanda por desenvolvimento de programas educacionais que consigam atender à chegada de estudantes com diversidade linguística e sociocultural, demonstrando dois pontos fundamentais que são a percepção de que a educação monolíngue não é mais suficiente atualmente e a importância de se preparar as instituições escolares para essa realidade.

## **OS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E OS ESTUDANTES MIGRANTES: UM ESPAÇO A SER PREENCHIDO**

Os documentos produzidos para as escolas, tais como as Resoluções mencionadas acima, os dois construídos na década de 2020, demonstram que a chegada dos estudantes migrantes começa a demandar ações por parte dos governos estaduais e federal. No estado de Mato Grosso do Sul, a Resolução/SED/MS nº 4.311/2024, que reproduz, em quase toda sua totalidade a Resolução CNE/CEB- n. 1, de 13 de novembro de 2020, também assegura o direito à matrícula imediata de crianças e adolescentes migrantes internacionais, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na sua rede estadual de ensino, independentemente da documentação completa, prevendo avaliação classificatória adequada e na língua materna e exigindo um ambiente escolar livre de discriminação e xenofobia, com ensino de português como língua de acolhimento.

A Lei federal nº 13.684/2018 já dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório. Destaca em seu Art. 5º, inciso III, a necessidade de "oferta de atividades educacionais" (Brasil, 2018) para esse público e, ao prever a ampliação das políticas educacionais para essas pessoas, ressaltando aqui, tanto para a mobilidade interna quanto para a externa, dá margem a discussões nas escolas e à construção de políticas de acolhimento produzidas e pensadas por elas.

Neste trabalho, a análise dos Projetos Político-Pedagógicos - PPP foi ponderada por entendermos serem estes os documentos que trazem as discussões e decisões sobre as necessidades de cada escola, singularmente e, portanto, permitem um olhar mais crítico sobre a construção de um currículo que acompanhe as mudanças, tanto trazidas pelos avanços tecnológicos contemporâneos quanto aos estudantes que chegam às instituições carregando consigo suas diversidades, entre elas, a linguística.

Veiga compreende o PPP como um documento reflexivo, construído coletivamente, que traz as finalidades da escola, seu papel social e que na sua feitura pensa “nos caminhos a serem percorridos e nas ações a serem desencadeadas por todos os envolvidos no processo educativo” (Veiga, 2010, p.1) e o percebe como um processo que está sempre aberto às mudanças.

Para nortear a organização do trabalho da escola, a primeira ação fundamental é a construção do projeto político-pedagógico. Concebido na perspectiva da sociedade, da educação e da escola, ele aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente. Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente, o projeto constitui-se como processo e, ao fazê-lo, reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, assumindo sua função de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja o seu objetivo político-pedagógico (Veiga, 2010, p. 1).

Dessa forma, os Projetos Político-Pedagógicos - PPP - documentos elaborados pela escola precisam considerar a chegada dos estudantes migrantes, assegurando-lhes não só o acesso mas a permanência deles nesse espaço, levando em conta ser a escola um lugar de socialização desse público e também de efetivação dos processos facilitadores de integração (Ager; Strang, 2008), tais como o ensino e aprendizagem da língua e o conhecimento cultural dessa população no e sobre o país de chegada.

As três escolas e seus PPP foram escolhidos por fazerem parte dos grupos de instituições escolares que mantêm parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e recebem estagiários dos Cursos de Letras da instituição em seus espaços. Foi o olhar desses estagiários que nos levou a observar o número de estudantes migrantes internacionais que as frequentam, 16 nas três escolas. Nesse sentido, estabelecemos alguns critérios: serem escolas estaduais, urbanas, de período integral e de regiões diferentes da cidade, bem como terem seus PPP publicados no site da Secretaria Estadual de Educação/MS.

Ressaltamos que esses documentos são referentes aos anos de 2022-2023, portanto, anteriores à publicação da Resolução/SED/MS nº 4.311/2024. Entretanto, o aumento das matrículas de estudantes migrantes internacionais nas escolas públicas estaduais, segundo dados da Secretaria Estadual de

Educação/MS, vem sendo percebido desde 2017. Nesse sentido, a análise documental foi pensada por entendermos a importância dos PPP como textos norteadores das práticas escolares e que devem ser atualizados de acordo com as necessidades sociais, políticas e culturais da comunidade escolar.

Sá Silva, Almeida e Guindani (2009) destacam que em uma análise documental, as etapas da análise de conteúdo e análise qualitativa de conteúdo permitem que o documento seja fragmentado e a sua interpretação seja feita por meio “de seus elementos mais simples” (p. 12), verificando na frequência e no contexto de uso das palavras e ideias as intenções dos autores. Com isso, no nosso caminho investigativo, selecionamos, nos três PPP, os itens Missão, Valores, Objetivos, Princípios e as Propostas Pedagógicas, espaços onde as apresentações sobre propostas inclusivas, os valores, as concepções de sujeito, de ensino-aprendizagem e as diretrizes para a ação educativa estão mais presentes. Buscamos nesses itens os termos “migrantes”, “migrantes internacionais”, “imigrantes”, “estudantes não falantes de português”. As três escolas cujos Projetos Político-Pedagógicos foram analisados serão denominadas aqui de Escola A, Escola B e Escola C.

A Escola A está localizada em uma região mais periférica de Campo Grande-MS, com infraestrutura e recursos mais escassos, especialmente em relação às estruturas básicas. Ela possui 3 estudantes migrantes, vindos da Venezuela. Em seu Projeto Político-Pedagógico vigente não há menção explícita à questão migratória, nem propostas de acolhimento a estudantes migrantes estrangeiros. Na seção “Missão”, o documento declara sua tarefa de “oferecer um ensino de qualidade, orientando os educandos para que possam exercer seus direitos e deveres de forma crítica, participativa, construtiva, consciente e responsável”. Na seção 4, denominada “Visão”, destaca o objetivo de “formar cidadãos autônomos e críticos”.

O documento ressalta o compromisso com a BNCC (2017) e o Currículo de Referência de MS (2018), que preconizam o “respeito à diversidade” (seção 1) e a “valorização cultural e identitária dos estudantes” (seção 2). O texto traz uma proposta integradora em relação à diversidade, cultura e identidade dos estudantes, no entanto, não faz referência aos estudantes migrantes internacionais como um público que chega à escola e deve ser considerado por ela. O PPP também ressalta que a escola deve “afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa” (seção 2). Ainda assim, ele não menciona explicitamente os estudantes não-brasileiros, nem faz referência ao acolhimento linguístico ou às propostas que envolvam o ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento a esses estudantes.

A Escola B está localizada em uma região mais central da cidade. Nela estão matriculados e frequentando as aulas 5 estudantes migrantes internacionais, 3 venezuelanos e 2 cubanos. Quanto à análise do Projeto Político-

Pedagógico, os termos "inclusão" e a promoção de um "ambiente acolhedor para todos" estão presentes. Na seção 5 denominada "Valores", onde estão delineadas as propostas sobre organização e gestão da prática pedagógica, destacamos: o "respeito às diferenças"; bem como "acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza". Há uma subseção no item 9, "Acolhimento da Diversidade", entretanto, a sensibilização ou mesmo o acolhimento aos estudantes falantes de línguas que não sejam o português não são citados no texto do documento.

A Escola C, situada na região sul da cidade, possui 8 estudantes migrantes, 5 venezuelanos, 2 cubanos e 1 haitiano. A análise do seu PPP mostrou que o documento não menciona a presença de estudantes não-brasileiros na instituição. Não há indicação de ações específicas de acolhimento direcionadas a este público, não obstante o texto destaque práticas inclusivas na escola. Na seção "Missão", o item 3 propõe "fortalecendo e respeitando a diversidade do cidadão campo-grandense" e não amplia para outros estudantes vindos de regiões diferentes do país ou de outros países.

Em relação aos valores da instituição, são destacados a "cooperação mútua e empatia", a "solidariedade" e a busca pela "equidade social", bem como as "ações pedagógicas para prevenção e enfrentamento de demandas do cotidiano" com ênfase na necessidade de se compreender o estudante em seu contexto sociocultural e a preocupação com a empatia, com o objetivo de tornar a escola um ambiente mais receptivo e acolhedor. Neste trecho do documento é mencionada a inclusão de pessoas com deficiência. Todavia, o PPP não detalha estratégias ou programas específicos para a integração linguística, cultural ou pedagógica de alunos com histórico de migração.

As análises dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das três escolas investigadas demonstraram a urgência pela discussão sobre a chegada dos jovens e crianças migrantes internacionais nos seus espaços para que sejam pensadas medidas de acolhimento a esses estudantes, entre elas o linguístico. Embora expressões como "acolhimento", "diversidade" e "inclusão" sejam recorrentes nos textos produzidos pelas escolas, tais expressões estão vinculadas às comunidades indígenas e às pessoas com deficiência.

Nesse sentido, percebemos que os estudantes migrantes internacionais que não têm o português como primeira língua ou como a língua falada em suas casas ainda não estão contemplados de forma mais explícita nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições investigadas. Não há referência à oferta de português como língua de acolhimento (PLAC) ou como língua estrangeira (PLE), ou mesmo menção sobre propostas de acolhimento linguístico a esses jovens estudantes, aspectos relevantes na integração ao cotidiano escolar.

A diversidade cultural, outro elemento facilitador da acolhida e permanência dos estudantes nas instituições escolares, é apresentada nos textos

documentais relacionada à cultura nacional e suas diversidades, respeito às culturas quilombolas, indígenas, culturas regionais, entre outras. Entretanto, não são citadas as diferenças culturais dos estudantes estrangeiros que têm chegado às escolas, ou mesmo propostas de inclusão de suas culturas nas práticas de sala de aula ou nas atividades cotidianas da escola, questões estas importantes a serem trazidas para as discussões na construção do PPP.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou indagar sobre o acolhimento de jovens estudantes migrantes internacionais nas escolas públicas de Campo Grande-MS, por meio de uma investigação documental dos Projetos Político-Pedagógicos de três instituições escolares dessa cidade. Uma realidade cada vez mais evidente no panorama educacional brasileiro, nessa pesquisa, evidenciamos a crescente chegada desses estudantes nas nossas escolas e a necessidade das instituições de ensino adaptarem-se para que haja a inclusão e integração desse público. Os desafios são múltiplos, incluindo entre as medidas a compreensão das barreiras linguísticas e culturais enfrentadas por essas crianças e jovens, demandando, portanto, um olhar atento sobre a construção dos documentos que organizam e norteiam o cotidiano escolar, entre eles os Projetos Político-Pedagógicos.

Lembrando que o PPP é um documento aberto, um processo em constante discussão sobre as necessidades e mudanças trazidas também pelas transformações sociais, verificamos que o acolhimento linguístico, bem como a sensibilização da comunidade escolar ainda não são tratados nos PPP analisados, o que, de certa forma, mantém a “zona de silêncio” (Oliveira; Souza, 2022) sobre a chegada desses estudantes nas nossas escolas o que pode dificultar a integração e permanência deles nas instituições.

Não podemos negar que a mobilidade das populações mundiais é um tema relevante no século XXI e que o movimento migratório crescente causado pelos efeitos climáticos, políticos, ambientais tem promovido mudanças nas cidades brasileiras. O deslocamento entre Sul e Sul Globais trouxe a chegada de mulheres, crianças e jovens ao Brasil e entre as suas necessidades está a recepção desses últimos pelas escolas, uma necessidade real.

Podemos pensar que as ausências desses estudantes nos documentos produzidos pela escola estejam também relacionadas às datas das publicações das resoluções nacional e estadual, a Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Educação, de 2020 e a Resolução/SED-MS nº 4.311, de 2024, um tempo relativamente curto para mudanças significativas em instituições conservadoras como as escolas.

Apesar desses documentos estabelecerem as diretrizes para a matrícula, o acolhimento e a oferta de português como língua de acolhimento, buscarem remover barreiras burocráticas e fomentarem um ambiente livre de discriminação, e das escolas terem recebido esses estudantes, ainda não foram explicitadas as ações para a integração e tomadas de decisões sobre as práticas de acolhimento linguístico e cultural nos documentos produzidos pelas escolas.

Portanto, neste trabalho, reafirmamos a necessidade de ampliação dos diálogos e discussões sobre a chegada desses estudantes, em número cada vez maior e de diferentes regiões do mundo, especialmente do Sul Global. Estudantes que com seus multilinguismos e multiculturalismos provocam e desassossegam um ambiente escolar predominantemente monoglóssico. Entendemos que a presença deles nos Projetos Político-Pedagógicos pode levar ao desenvolvimento de ações pedagógicas, de programas de suporte linguístico e iniciativas interculturais que atendam às suas necessidades.

# The Political-Pedagogical Projects of three public schools and the non-Portuguese-speaking migrant students: a gap to be filled

## ABSTRACT

This article presents an analysis of official documents produced for schools, most notably the Resolution No. 001/2020 of the Conselho Nacional de Educação and the Resolution/SED-MS No. 4,311 of 05/28/2024, which address the enrollment of international migrant children and adolescents in the Brazilian public schools, as well as the Political-Pedagogical Projects (PPP) of three state schools in Campo Grande – MS. The objective is to examine how these texts express the reception of migrant students who are not Portuguese speakers. In the investigation, content analyses were implemented on the texts produced by the school institutions, searching for the terms “international migrants,” “immigrants,” and “students who are not Portuguese speakers.” Based on Oliveira and Souza (2022), Liberali (2019), and García (2009), the discussion highlights linguistic and cultural barriers, the notion of a decapsulated curriculum, and the role of the State in multilingual education. The results indicate that the official documents produced for schools propose actions for young international migrant students, such as linguistic reception, teacher training, and the prevention of xenophobia. However, the documents produced by the schools themselves do not yet mention these aspects. The concepts of “reception,” “diversity,” and “inclusion” found in the PPPs refer mainly to Indigenous communities and people with disabilities, without mentioning migrants.

**KEYWORDS:** Political-Pedagogical Projects. International migrant students. Welcoming.

## Los Proyectos Político-Pedagógicos de tres escuelas públicas y los estudiantes migrantes no hablantes de Portugués: un espacio por ocupar

### RESUMEN

Este artículo presenta el análisis de documentos oficiales producidos para las escuelas, especialmente la Resolución n.º 001/2020 del Consejo Nacional de Educación y la Resolución/SED-MS n.º 4.311 del 28/05/2024, que tratan sobre las matrículas de niños y adolescentes migrantes internacionales en las escuelas públicas brasileñas, así como de los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) de tres escuelas estatales de Campo Grande – MS. El objetivo es examinar cómo estos textos abordan la acogida de estudiantes migrantes que no son hablantes de portugués. En el proceso investigativo se realizaron análisis de contenido de los textos producidos por las instituciones escolares, buscando en ellos los términos “migrantes internacionales”, “inmigrantes” y “estudiantes no hablantes de portugués”. Con base en Oliveira y Souza (2022), Liberali (2019) y García (2009), la discusión destaca las barreras lingüísticas y culturales, la noción de currículo desencapsulado y el papel del Estado en la educación multilingüe. Los resultados indicaron que los documentos oficiales producidos para las escuelas proponen acciones relacionadas con los jóvenes estudiantes migrantes internacionales, tales como la acogida lingüística, la formación docente y la prevención de la xenofobia. Sin embargo, los documentos producidos por las propias escuelas aún no mencionan estos aspectos. Los conceptos de “acogida”, “diversidad” e “inclusión” presentes en los PPP se refieren principalmente a las comunidades indígenas y a las personas con discapacidad, sin mencionar a las personas migrantes.

**PALABRAS CLAVE:** Proyectos Político-Pedagógicos. Estudiantes migrantes internacionales. Acogida.

### NOTAS

[1] Dado disponível no site: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em 15/05/2025.

[2] “But this creates challenges to political states that organize educational systems and that increasingly have to educate children who do not speak the school language at home” (García, 2009, p.26) [ Tradução da citação no corpo do texto feita pela autora desse artigo].

[3] LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 8. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2025.

[4] Resolução CNE/CEB 1/2020. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de novembro de 2020, Seção 1, p. 61.

[5] Dados enviados pela Secretaria Estadual de Educação, por meio do Ofício Nº 2817/2025/COAES para esta pesquisa.

### REFERÊNCIAS

AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: a conceptual framework. *In: Journal of Refugee Studies*. v. 21, n. 2, 2008, p.166-191. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/31174952\\_Understanding\\_Integration\\_A\\_Conceptual\\_Framework](https://www.researchgate.net/publication/31174952_Understanding_Integration_A_Conceptual_Framework). Acesso em 12 mar 2025.

BAENINGER, R. Contribuições da academia para o impacto global da migração: o olhar do sul. In: Baeninger, R. et al.(Orgs). *In: Migrações Sul - Sul*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPO/Unicamp, 2018, p.17-22. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes\\_sul\\_sul/migracoes\\_sul\\_sul.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf). Acesso em: 10 jun 2025

BIANCO, Matheus Ibelli; MACEDO, Carolline; ABRITA, Mateus Boldrine; SAUER, Leandro. **Rota de Integração Latino-Americana e os migrantes no estado de Mato Grosso do Sul: um panorama pré-implementação**. Interações, Campo Grande, v. 24, n. 4, p. 1157-1174, out./dez. 2023. DOI: 10.20435/inter.v24i4.4210.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 22 jun. 2018.

BRASIL. Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020.CNE/CEB.Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. **Diário Oficial da União**: nº 218, Secção 01, Brasília, p. 61. 13 nov.2020.

CABRAL, J. **O direito à educação de crianças e adolescentes em situação de refúgio no Brasil: por uma política nacional de acolhimento linguístico, à luz da teoria da proteção integral**. Tese de Doutorado em Direito. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/3775>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

CORREA, J.C; RODRIGUES, L. F. Política linguística de acolhimento para estudantes hispanofalantes imigrantes em escolas públicas de Manaus. *In: Pesquisas em Discurso Pedagógico*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 66-79, ago. 2023. DOI: 10.17771/PUCRio.PDPe.63720. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63720/63720.PDF>. Acesso em: 20 jan. 2025.

De MEJÍA. A.M. Bilingual Education In Colombia: Towards A Recognition Of Languages, Cultures, and Identities. *In: Colombian Applied Linguistic Journal*. n.8. 2006, p. 152-168. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/262665886\\_Bilingual\\_Education\\_in\\_Colombia\\_Towards\\_a\\_Recognition\\_of\\_Languages\\_Cultures\\_and\\_Identities/link/0391fc570cf2b378a8ad5fab/download](https://www.researchgate.net/publication/262665886_Bilingual_Education_in_Colombia_Towards_a_Recognition_of_Languages_Cultures_and_Identities/link/0391fc570cf2b378a8ad5fab/download). Acesso em 10 mai 2024.

**Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS, n. 9.245, p. 1-2, 13 set. 2016.GARCÍA, O. (2009). **Bilingual education in the 21st century: a global perspective**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

GARCÍA,O; LI WEI. Translanguaging. In: CHAPELLE, C.(Org). *In: The Encyclopedia of Applied Linguistics*. John Wiley & Sons Ltd. 2018, p.1-7. Disponível em: <https://ofeliagarciadotorg.wordpress.com/articles-chapters/>. Acesso em 08 jan. 2024.

GARCEZ, P. de Moraes; SCHULZ, L. ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas. *In: ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016. [[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)]. Disponível em:<https://www.revel.inf.br/files/1fc4077482ba3d206870ef1299923a0f.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

JAROCHINSKI-SILVA,J.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. *In: REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. 29. 123-139. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-8585250388000630>. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/issue/view/43>. Acesso em: 15 jun. 2024.

LIBERALI, Fernanda Coelho. A BNCC e a elaboração de currículos para Educação Bilíngue. *In*: MEGALE, Antonieta. **Educação Bilíngue no Brasil**. São Paulo: Fundação Santillana, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução n. 4.311, de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS, n. 11.506, p. 22-23, 29 de maio de 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 14.559, de 12 de setembro de 2016. Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Centro de Atendimento em Direitos Humanos, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho. **Diário Oficial do**

OLIVEIRA, F.S. de; SOUZA, J.M.P. O acolhimento do aluno imigrante nas escolas públicas do Rio de Janeiro. *In*: **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 70, p. 308-319, jul./set. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/65977>. Acesso em 15 mar 2025.

UNESCO. **Education in a multilingual world**. Education Position Paper. Paris: Unesco. 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129728>. Acesso em: 10/04/2024.

NEPO UNICAMP. **Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo**. Portal Unicamp, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/bancointerativo.html>. Acesso em: 30/05/2025.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. de, & GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n.1. 2009, p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 10/07/2025.

VEIGA, I.P.A. Projeto Político-Pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as articulações com as ações da Secretaria de Educação. *In*: **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento** - Perspectivas atuais: Belo Horizonte, nov. 2010, p. 1-10. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7179-4-4-rojeto-politicopedagogico-escola-ilma-passos/file>. Acesso em: 12 jul 2025.

**Recebido:** 29 ago. 2025

**Aprovado:** 18 dez. 2025

**DOI:** 10.3895/rtr.v10n0.20793

**Como citar:** RAHE, M. B.; FONSECA, A. S. Os Projetos Político-Pedagógicos de três escolas públicas e os estudantes migrantes não falantes de português: um espaço a ser preenchido. **R. Transmutare**, Curitiba, v. 10, e20793, p. 1-19, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Marta Banducci Rahe

[marta.rahe@ufms.br](mailto:marta.rahe@ufms.br)

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional.

